

# **Escravidão, dinâmicas de mestiçagens e o léxico ibero-americano**

Eduardo França Paiva

Eduardo França Paiva  
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

**RESUMO:**

As áreas de História do Escravismo e de História das Mestiçagens vêm sendo aproximadas por historiadores do período colonial americano e do século XIX pós-independências americanas também e, cada vez, mais fica óbvia a importância da lingüística para esse campo de estudos. Mais especificamente, tem se tornado essencial a busca de significados emprestados a palavras, expressões e conceitos relativos ao mundo da escravidão (e de outras formas de trabalho compulsório, como a *encomienda* e a *mita*) e das mestiçagens surgido da fusão entre essas dimensões no universo ibero-americano. O longo domínio da Península Ibérica pelos mouros e por muçulmanos de outras origens e a presença ibérica em várias partes da costa africana já provocavam o surgimento de vocabulário e significados específicos antes das conquistas americanas. Essa experiência, entretanto, foi exponencialmente alargada no Novo Mundo, sobretudo pela maciça presença dos nativos, os índios, nesse processo e pela introdução nas áreas coloniais de contingente muito numeroso de escravos africanos de várias procedências e culturas. No crisol americano, desde os primeiros tempos do encontro desses povos e dos europeus, as misturas biológicas e culturais foram intensas e não tardou surgir a primeira geração de mestiços, que foi gestada junto com novo léxico, que expressava, justamente, aquela nova realidade multifacetada, plural e mesclada. Um novo vocabulário para um mundo novo e para gente e culturas igualmente novas. Isso parece óbvio, mas a dimensão alcançada por

**Estudos sobre mestiçagens: esclarecimentos importantes**

Há uma constante confusão que se faz entre o tema aqui enfocado e as premissas do eugenismo, do racismo, do evolucionismo e do darwinismo social dos séculos XIX e XX. Desde já, sublinhe-se, não são essas as mestiçagens nem a história que abordo aqui, nem as que venho estudando há anos, não obstante as evidentes conexões históricas, culturais e teórico-metodológicas diretas e indiretas entre as duas perspectivas.

Neste sentido, é importante ressaltar que a abordagem realizada neste texto está metodologicamente mais próxima das reflexões e propostas que reagiram contra as perspectivas eugênicas que degeneravam as “raças” e, por conseguinte, as sociedades e as pessoas. Esta proximidade, portanto, existe em relação aos entendimentos “positivizados” das mestiçagens, elaborados durante o fim do século XIX e na primeira metade do século XX na América Latina, extenso continente de jovens nações onde surgiram pensadores que buscaram dotá-las de identidades político-histórico-cultural próprias, valorizá-las e concebê-las como novas “civilizações” com pretensões modelares. Nesse contexto, a partir diálogos mantidos entre pensadores “culturalistas” de várias partes do mundo, é que surgiram análises pioneiras (re)valorizadoras das mesclas biológicas e culturais americanas, das miscigenações, do mestiço.

Essa contribuição latino-americana para um mundo conturbado política e economicamente, ainda pouco conhecida em suas conexões e nos impactos internacionais que promoveram, passava pelas leituras “culturalistas” – com certa influência de Franz Boas, Columbia University (BOAS 2010; CASTRO 2010) – de intelectuais como Fernando Ortiz (CASTRO 2010), em Cuba, e Gilberto Freyre (FREYRE 1990 e 1996), no Brasil, entre vários outros, até mesmo como José Vasconcelos (VASCONCELOS 1977), no México, e sua “raça cósmica” ou seu mestiço ideal. Muitos estudiosos de origens as mais distintas deram prosseguimento, ao longo do século XX, a essas leituras matrizes e originais e os ecos dos diálogos processados no período voltaram a ressonar fortemente no final do Novecentos, fazendo-se ouvir ainda mais claramente nos primeiros anos deste novo século.

“Mestiçagens”, portanto, não é tema historiográfico de moda, inventado nas últimas décadas, na esteira da História Cultural, destituído de interesse pela política e desinteressado pelas relações de poder – como costuma ser tratado por críticas superficiais, sem aprofundamento histórico e historiográfico. Contrariamente a isso, (re)conceituar “mestiçagens” e “mestiços”, considerando as historicidades das ocorrências e dos

processos históricos, assim como as historicidades dos próprios conceitos, é, ao meu ver, procedimento metodológico imprescindível para o melhor entendimento das dimensões históricas nas quais se deram e continuam se produzindo.

Mas, gostaria de verticalizar ainda mais essas observações introdutórias e passar a enfocar histórias de “misturas” e de “mestiços” que são bem mais antigas e muito mais complexas que os conceitos empregados a partir do século XIX para entendê-las (muitas vezes de maneira genérica e reducionista). O termo “mestiçagem” surgiu no Oitocentos, talvez na segunda metade da centúria, mas, como conceito e uma vez contextualizado devidamente, nos serve bastante bem para nomear e compreender o conjunto de mesclas biológicas<sup>1</sup> e culturais, assim como o léxico que se conformou para identificar todos os produtos – humanos, incluídos – daí surgidos. Nesse sentido, o conceito alarga-se e torna-se mais rico e operante que o reducionismo das polarizações (geralmente falsas) que ainda atualmente seu emprego simplório costuma suscitar: genética X cultura, puro X misturado ou mistura X classe social (ainda que equivocadamente transformada em etnia ou identidade grupal).

No passado, entre a chegada dos ibéricos nas terras que seriam conhecidas como América (o marco inicial dessas reflexões) até, pelo menos, o início do século XIX, as mesclas foram identificadas, nomeadas, valoradas e desqualificadas, largamente empregadas e evocadas por todos os grupos sociais, e, principalmente, representadas e explicadas, para sorte dos historiadores interessados pelo tema. Quase que “naturalmente”, todos se distinguiam, se identificavam, se classificavam e ao “outro” partindo da “qualidade” (índio, branco, preto, negro, crioulo, pardo, mulato, cabra, mameluco, mestiço, *zambo*, etc...) e da “condição” (livre, liberto ou escravo) de cada um e de cada grupo, sem a perspectiva evolutivo-degeneradora da “raça”, das culturas e das sociedades que se desenvolveria plenamente nas décadas que se seguiriam.

Tudo isso ficou registrado em testemunhos históricos de variada natureza, que podem ser transformados em fontes históricas por nós. Mas é necessário, sobre isso, sublinhar que as definições, os usos e os valores agregados às categorias de mestiçagem variaram de acordo com a visão e a intenção do observador e/ou dos que deixaram seus próprios testemunhos sobre si e sobre os mais próximos. Houve variações de época para época, de região para região e, também, dentro de uma mesma época e de uma mesma região (inclusive, já na Península Ibérica, antes das conquistas no Novo Mundo). Portanto, não existiram, geralmente, definições de emprego universal. Entretanto, isso não significa que inexistissem traços de

essa nova realidade americana e o impacto planetário que ela gerou rapidamente (econômico, demográfico, político, biológico, cultural e, claro, lingüístico) ainda não são devidamente conhecidos, nem o léxico surgido daí. Tratá-lo no singular, malgrado o risco de perdermos parte da diversidade que o constituiu, é um esforço de não fragmentar essa história aos moldes do que hoje fazemos com relação à história da América, separada por nacionalismos que não existiram durante a maior parte do período aqui focado. É também uma forma de sublinhar certa unidade lexical compartilhada já na Península Ibérica por portugueses e castelhanos, tanto no que tange a grafia das palavras quanto no que se refere ao emprego delas, às idéias e aos valores a elas associados. Entretanto, desde já deve ficar claro que mesmo no seio dessa unidade dificilmente encontraram-se definições de aceitação geral e de uso completamente padronizado, o que foi uma constante também no universo americano. Nesta comunicação não tenho maior pretensão do que a de elencar alguns termos usados antes e depois das conquistas ibéricas no Novo Mundo para a partir deles problematizar a temática geral e demonstrar a importância que ela tem hoje para os estudos relativos à escravidão, às demais formas de trabalho forçado e às mestiçagens biológicas e culturais, dimensões fortemente conectadas na história americana.

#### PALAVRAS-CHAVE:

Léxico ibérico; história americana; escravismo; mestiçagens.

comportamento, características fenotípicas, origens “étnicas”, cores de pele ou práticas religiosas que fossem “atributos” de alguma “qualidade”.

### **Conceito amplo e inclusivo**

Mas, tentemos ir mais além das mesclas biológicas e culturais em si e pensemos em um conceito que nos permita deixar de privilegiar os resultados mestiços, passando a compreender mais amplamente os processos de mestiçagens e os seus desdobramentos ocorridos intensamente, durante centenas de anos, a partir, como já ressaltai, das conquistas ibéricas do Novo Mundo. Proponho, para tanto, pensarmos em “dinâmicas de mestiçagens”<sup>2</sup> e não apenas nos produtos mestiços. Essas dinâmicas não produziram apenas a mistura de dois ou mais aspectos, grupos sociais ou dimensões culturais (incluindo aí os já nomeadamente mestiços), mas, também, formas de sociabilidade e de negociação, coexistências, superposições, discursos e representações de “purezas” (que, por essas dimensões históricas se transformam no próprio real histórico) e expressões de impermeabilidade biológica e cultural, o que gerou, também, muitos conflitos.

As dinâmicas de mestiçagens geraram, ainda, identificações, hierarquizações e distinções, o que ajudou a tornar os usos do léxico ou do quadro taxonômico (taxonomia *avant la lettre*, obviamente) depreciativos muitas vezes, mas, noutras tantas vezes, tornou-os simplesmente diferenciadores. Assim, pais e, principalmente, mães de todas as “qualidades” e “condições” empregaram diferentes categorias para, em seus testamentos, por exemplo, identificarem cada um dos filhos havidos com diferentes parceiros. Houve muitos casos em que a testamenteira, sobretudo as forras (africanas, crioulas e mestiças) e as não-brancas nascidas livres arrolaram seus descendentes e herdeiros, distinguindo-os pela idade, pelo sexo e pelas “qualidades” de cada um, tais como “mulatinho”, “pardinho” e “cabrinha”<sup>3</sup>.

A adoção deste conceito significa integrar plenamente a esses processos históricos os agentes das mestiçagens que, usando as definições já empregadas no próprio período focado aqui, não eram mestiços, isto é, índios, negros, crioulos e brancos (que, note-se, não eram nomeadas “qualidades” puras, nem eram assim considerados, não obstante as definições vigentes sobre limpeza de sangue). Como “dinâmicas de mestiçagens” não se entenda, portanto, a mescla resultante, mas o conjunto de forças e de operações das quais resultaram os produtos mestiços, incluídos os humanos, e, também, os lexicais, que nomearam, definiram, valoraram e atribuíram significados a essas dimensões e a esses produtos.

## Dinâmicas de mestiçagem e escravidão

Com o domínio das terras continentais a oeste do “mar oceano”, as quatro partes do mundo foram definitivamente integradas, ocorrendo o que se pode chamar de globalização plena<sup>4</sup>. Um dos mecanismos que possibilitaram esse novo quadro planetário foi o comércio praticado, que se mundializara e que ia muito além das trocas mercantis *tout court*, pois fomentava a circulação, entre os continentes, de gente, culturas, flora e fauna, objetos, crenças, conhecimentos técnicos e práticas culturais. Parte importante desse comércio planetário, a escravidão foi igualmente globalizando-se e devido às conquistas ibéricas, consolidou-se logo no Novo Mundo. Se aí ela foi inicialmente indígena e, em certa medida, mestiça, logo em seguida ela se “africanizou”, ainda no século XVI, principalmente nas áreas espanholas. E no final da centúria, mas, sobretudo a partir do século XVII, a “africanização” dessa forma de trabalho compulsório intensificou-se ainda mais, agora na América portuguesa.

Escravidão e demais formas de trabalho compulsório não foram condição *sine qua non* para que as dinâmicas de mestiçagens se processassem. Entretanto, no Novo Mundo elas se associaram desde os primeiros tempos, submetendo inicialmente, como já disse, os naturais (índios) e em seguida os *mestizos/mestiços/mamelucos* (filhos de índias com europeus), africanos, crioulos, *zambos*, mulatos, pardos, cabras e outras “qualidades” de mestiços (no geral). Nos domínios ibéricos na América o mundo do trabalho e as dinâmicas de mestiçagens se deram sustentação muito precocemente. Do ambiente daí surgido emergiram produtos mestiços (incluindo os tipos humanos), assim como um léxico específico, formado por palavras e expressões inéditas e, também, antigas, algumas delas ressignificadas nesse mundo novo. Entre as primeiras conquistas e o século XVIII a maior parte desse léxico se constitui e se consolidou, passando a ser empregado (ainda que com muitas variáveis) em toda a região, sendo reproduzido, já americanizado, na Península Ibérica, tanto na fala cotidiana da gente, quanto nos registros de letrados e de autoridades.

Já no fim do século XVI e no início do XVII, o *mestizo* Inca Garcilaso de la Vega demonstrava toda a sua particular perspicácia intelectual e escreveu em seu célebre *Comentarios Reales de los Incas*, publicado em Lisboa, em 1609, que eram “Nombres nuevos para nombrar diversas generaciones” (GARCILASO DE LA VEGA 1995: 627). E essas “generaciones” eram as “qualidades” às quais cada indivíduo ou grupo social eram enquadrados ou se enquadravam. O Inca Garcilaso se referia,

claro, ao léxico ou a uma parte dele, cuja existência e importância de seu emprego generalizado ele já percebera claramente.

O léxico das mestiçagens associadas ao mundo do trabalho era, então, um instrumento de organização social e uma forma de expressão cultural operada por toda a população, nas dimensões mais cotidianas da vida, ainda que os usos que se fizesse dele sustentassem diferentes formas de poder exercido por grupos e indivíduos sobre outros. Não se tratava, portanto, de uma “taxonomia” imposta exclusivamente de cima para baixo, isto é, não foi algo inventado e forçadamente introduzido nessas sociedades pelos representantes dos reis católicos ibéricos visando subjugar, classificar e hierarquizar os súditos americanos; pelo menos não com tal intencionalidade tão racional e não apenas como um instrumento de dominação empregado pelos conquistadores. O léxico, em grande medida, formou-se no cotidiano, a partir dos usos compartilhados por toda a população, empregando termos e significados existentes nessas regiões, anteriormente à chegada dos ibéricos, assim como vocábulos surgidos a partir dos contatos entre culturas das quatro partes do mundo aí ocorridos e palavras já empregadas antes em línguas latinas. E assim foi que se legitimou e que circulou intensamente em todo o mundo ibero-americano, operado coletivamente tanto no que se refere à sua construção histórica complexa quanto ao seu emprego variado, o que significou definir-se e definir o “outro” (que, muitas vezes, era parente próximo, não obstante se enquadrar em outra “qualidade”, como já exemplifiquei antes). Isso, na verdade é aspecto fundamental para melhor se compreender essa história: a necessidade de se identificar em relação ao “outro”, de se assemelhar ou de se distinguir dele. Essas construções identitárias se justificavam plenamente em sociedades organizadas e consolidadas em torno de hierarquias e distinções, como foram (e continuam sendo) as do mundo ibero-americano.

### **Termos e expressões**

Estipulemos, para iniciar, dois campos de análise nos quais se amalgamou o léxico das mestiçagens em associação às formas de trabalho no mundo ibero-americano: as grandes categorias de distinção e os grupos sociais. Todos os termos e expressões relacionados a esses dois universos e aqui trabalhados foram resgatados de documentação administrativa, crônicas, relatórios, cartas, testamentos, inventários *post-mortem*, processos judiciais, literatura, entre outras fontes antigas, produzidas, basicamente, entre o final do século XV e o final do XVIII. Tratou-se, portanto, de recuperar junto a esses registros os significados (re)construídos e operados no

passado e não de projetar sobre o passado definições atuais que, na maioria das vezes, esse passado não conheceu.

Há definições, entretanto, que são mais antigas e foram retiradas de dicionários e de estudos realizados mais recentemente. O rol lexical é muito extenso, mas o que se apresenta a seguir são vocábulos e expressões mais importantes e usuais no período enfocado.

Uma listagem preliminar, incluindo termos modernos e atuais de circulação no mundo ibero-americano, conta com mais de 330 vocábulos e expressões que integrarão futuramente o *Dicionário Histórico das Mestiçagens nos Mundos Ibéricos*, que se encontra em fase de discussão e de elaboração dos primeiros verbetes. Mas, neste texto, selecionei mesmo os itens mais antigos e mais representativos.

Entre as grandes categorias de distinção social, inseriam-se as de “qualidade”, “casta”, “raça”, “nação”, “cor” e “condição”. Entre todas elas, a de “qualidade” talvez tenha sido a mais importante. Logo depois das primeiras conquistas realizadas em nome dos reis católicos, ainda em relação às ilhas do que veio a ser chamado *mar de las Antillas*, os “naturais” foram denominados “índios”. Embora o termo já existisse antes, seu uso generalizou-se em pouco tempo na América, logo se transformando em “qualidade” mais usada para identificar e nomear os nativos do Novo Mundo que para os de outras partes, como Índia e Filipinas. A palavra foi uma das que abriram o novo léxico americano.

Em 1492, Cristóvão Colombo já teria empregado “índio” para nomear os nativos das terras conquistadas<sup>5</sup> e Pedro Mártir de Anglería, em torno de 1493, usou o termo “indígena” (assim grafado em latim) (ANGLERÍA 1989: XXX-XXXIII e 11). No caso da América portuguesa, o emprego deste termo demorou mais tempo para ocorrer, ressalte-se. Na carta que o célebre escrivão Pero Vaz de Caminha escreveu em 1500 ao rei português, relatando o “achamento” das terras que viriam a ser o Brasil, ele não usou o vocábulo em momento algum, empregando em seu lugar “homens” e “pardos”, como nos seguintes trechos famosos:

acudiram pela praia homens, quando dous, quando três, de maneira que, quando o batel chegou à boca do rio, eram ali 18 ou 20 homens, pardos, todos nus, sem nenhuma cousa que lhes cobrisse suas vergonhas. (...) A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma cousa cobrir nem mostrar suas vergonhas” (CAMINHA 1974: 34-35 e 37).

O emprego de “índio” nos domínios portugueses do Novo Mundo não deve ter tardado a ocorrer, mas pesquisa nesse sentido precisa ainda ser realizada. Ainda na primeira metade do século XVI, em 1546, mais precisamente, Duarte Coelho, donatário da Nova Lusitania (Pernambuco), deixou registrado o uso do termo, grafando-lhe “imdeos” (MELLO e ALBUQUERQUE 1997: 45).

Entretanto, na documentação aparecia, para além de “índio” e “indígena”, grande variedade de vocábulos empregados para identificá-los, distingui-los e classificá-los. Os mais recorrentes (ao longo do largo período) foram “gentio”, “gentílico”, “bárbaro”, “gentio bárbaro”, “natural”, “brasis”, “negro da terra” ou “negro” (também empregado para mamelucos), “selvagem”, “montañés”, “serrano”, “botocudo” e “carijó”. Entre *naturalia*, *mirabilia* e o ideário católico essa taxonomia ia sendo composta e se consolidava.

Da mescla biológica entre índias e conquistadores ibéricos nasceu a primeira geração de “mestizos” ou “mestiços” ou “mamelucos” ou, ainda, “bastardos”, que podem ser considerados os primeiros filhos da América ou os primeiros americanos. O estatuto era novo em tudo e esses indivíduos, nem índios, nem europeus, tornaram-se, inicialmente, uma solução local e eficaz para povoar, cultivar e proteger as conquistas ibéricas ou as terras onde nasceram.

O quadro dos tipos que compunham a população do Novo Mundo foi ampliando-se com o tempo. Com as índias, mais tarde, mesclaram-se negros, crioulos e mestiços no geral (incluídos, neste sentido, além dos *mestizos*/mestiços/mamelucos/bastardos, outros filhos das misturas, tais como pardos, mulatos, cabras, curibocas, caboclos, *zambos*, entre muitos outros, que, com o passar do tempo também foram abarcados pelo vocábulo geral “mestiço”). Além disso, claro, muitas outras “qualidades” de mestiços foram geradas sem a participação de índias e de seus descendentes, como se verá à frente.

Não obstante seu uso precoce e sua naturalização americana, o termo “mestiço” já existia em línguas derivadas do latim desde, pelo menos, o século XII, embora de emprego pouco comum na Europa<sup>6</sup>. Mas, ainda que depois do “índio”, se integrou ao léxico aqui em foco, ampliando-o. “Mestizo” começa a aparecer na documentação sobre a América espanhola em torno de 1530 ou, talvez, alguns anos antes<sup>7</sup>. Já para a América portuguesa, a primeira menção conhecida é datada de 1552, aparecendo em carta escrita por um jesuíta (FORBES 1988: 128-129). Poucos anos depois, no *Sumário das Armadas*, texto apócrifo atribuído, por historiadores paraibanos, ao padre jesuíta Simão Travassos, que participou da expedição

de conquista da Paraíba, em 1585, segundo a nota da professora Carla Mary S. Oliveira, o termo também foi empregado<sup>8</sup>.

No âmbito dos dicionários, o vocábulo aparece antes em um português que em um espanhol. Hieronymo Cardoso, no seu dicionário Português-Latim, preparado antes de 1569, indica “(Port.) Mestizo = (Lat.) Ibría, ae” (...) (Port.) mestiço, = Hybris, idis. Híbrida, ae” (FORBES 1988: 100).

Identificado, nomeado e classificado, o “mestiço” americano, desde os primeiros tempos posteriores à conquista, apareceu julgado de maneira pendular na documentação. Ora era tema que inspirava muitos cuidados e provocava desconfiança nos discursos de autoridades, religiosos e observadores de outra natureza, ora era valorado. O célebre jurista espanhol Juan Solórzano Pereyra, por exemplo, considerou-os “como la mejor mezcla que hay en Indias” em seu *Politica Indiana* (1646/1647) (SOLÓRZANO PEREYRA 1996: 222).

Sinônimo de “mestiço”, os “mamelucos” ou “mamalucos” também foram alvo de avaliações depreciativas e elogiosas, dependendo da época e da conveniência. O termo foi empregado na América portuguesa já no início da segunda metade do Quinhentos. Em 1553, “mamaluca” aparece em carta de um jesuíta<sup>9</sup>. Talvez, na conquista portuguesa (não há registros conhecidos do emprego em áreas de domínio espanhol), o termo tivesse sido usual antes mesmo que “mestiço” para designar os primeiros “americanos”. É muito interessante pensar que se tratava de vocábulo antigo, que em língua árabe significava “escravo” e que designava em algumas áreas islâmicas da Ásia Menor e do Egito os escravos não-muçulmanos que, ainda crianças, eram levados para serem preparados como guardas dos sultões, passando a receber formação esmerada. Quando adultos deviam se converter ao islamismo e eram alforriados<sup>10</sup>. Alguma correspondência para as áreas espanholas pode ter havido com relação ao uso do termo “jenízaro”, que, originalmente, em regiões islâmicas, significava mesclado e que não foi introduzido no Brasil<sup>11</sup>.

“Curiboca”, aparentemente, foi outro sinônimo de filhos de índias e brancos e de americanos mestiços (*African-American mixed-bloods*), definição retirada por Jack Forbes de *Historia Naturalis Brasiliae*, importante obra de Georgi Marcgravi [Marcgrave] e Guilielmi Pisonis, publicada em Amsterdam, em 1648, não obstante desconfiar dela. Forbes escreveu, então, que “curiboca” era comumente aplicado aos descendentes de brancos e americanos, enquanto “caboclo” equivalia a “índio” (FORBES 1988: 166, 172). Este termo, “caboclo”, tinha origem tupi, provavelmente, e designava o mestiço nascido do cruzamento de branco (ou mestiço, mameluco,

“filho de branco”) e índia. O vocábulo foi empregado largamente na América portuguesa, mas, no século XVIII, parece ter suscitado inconveniências. Assim, no Alvará Régio de 4 de abril de 1755, assinado pelo rei português Dom José I, “O Reformador”, foi interdito seu emprego: “outrosim proibo que os ditos meus vassallos casados com Indias, ou seus descendentes, sejaõ tratados com o nome de *Caboucolos*, ou outro similhante, que possa ser injurioso”.

As proibições de certos usos taxonômicos não pararam por aí, embora, na prática, nem sempre fossem cumpridas ou, por outro lado, seu uso já tivesse declinado. No mesmo ano de 1755, Dom José I assinou o *Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*, no qual ficava proibido nomear os índios de “negros”. Nessa época, já não era tão comum o emprego da expressão “negros da terra” com relação aos “índios”, para diferenciá-los dos “negros de Guiné” (africanos), como ocorrera até, pelo menos, o início do século XVII. “Guinéu” ou “guineo” foram variações encontradas frequentemente nos documentos e crônicas da época. Além disso, completavam o conjunto de “qualidades” ou “cores” relacionados aos africanos e usados em toda a Ibero-América os termos “prieto” ou “preto”, “gentio”, “gentílico”, “bárbaro”, “gentio bárbaro”, “mouro”, “cafre”, “boçal/bozal” e “ladino”.

A partir da segunda metade do Seiscentos, com a chegada frequente de contingentes muito maiores de escravos africanos e com o aumento da população mesclada com eles e com seus descendentes, outros termos se tornaram comuns e foram se generalizando nos séculos seguintes, assumindo importância cada vez maior no processo de conformação das sociedades. Foi a partir dessa época que, pela primeira vez, desde a chegada dos conquistadores ibéricos ao continente, os domínios portugueses passaram a contar com a presença de mais escravos africanos que os da Espanha, além do grupo de escravos nascidos no Novo Mundo, que crescia rapidamente. Assim, generalizou-se e intensificou-se o uso de vocábulos tais como crioulo, mulato, *zambo*, pardo, moreno, cabra, entre muitos outros, guardando particularidades para cada região e época, mas, quase sempre, aparecendo de maneira semelhante nos registros relacionados a todas as regiões da Ibero-América, conformando léxico compartilhado. Esse conjunto lexical, é importante frisar, ainda que composto por vários termos antigos, anteriores às conquistas do Novo Mundo, volta à Europa já “americanizado” a partir do século XVI, tornando essa história de circulações, apropriações e ressignificados muito mais complexa e instigante.

A palavra “crioulo”, por exemplo, suscitou curiosidade e definições desencontradas desde muito cedo. O *mestizo* Garcilaso de la Vega escreveu nos primeiros anos do século XVII:

Es nombre que lo inventaron los negros – y así lo muestra la obra. Quiere decir, entre ellos, ‘negro nacido en Indias’. Inventáronlo para diferenciar los que van de acá, nacidos en Guinea, de los que nacen allá. Porque se tienen por más honrados y de más calidad por haber nacido en la patria, que no sus hijos porque nacieron en la ajena. Y los padres se ofenden si les llaman criollos. Los españoles, por la semejanza, han introducido este nombre en su lenguaje para nombrar los nacidos allá, de manera que al español y al guineo nacidos allá les llaman criollos y criollas” (GARCILASO DE LA VEGA 1995: 627).

Os “cabras” eram, provavelmente, filhos de índias e negros (e vice-versa) e o vocábulo foi usado quase que exclusivamente no Brasil. Em algumas regiões houve correspondência com o termo “caburé” ou “caboré”, que, aparentemente, tem origem na língua tupi (SYMANSKI 2011: 44). Já os “zambos”/“sambos” e “zambaigos”, também filhos de índias e negros (e vice-versa) ou de índias e *zambos* (e vice-versa) foram empregados nos domínios espanhóis do Novo Mundo.

Já “pardo” e “mulato” eram duas antigas palavras que, como outras anteriormente indicadas, integraram o universo ibero-americano, se “naturalizando” aí, recebendo novos significados e sendo associadas a novos grupos sociais. De fato, 300 anos depois das primeiras conquistas ibéricas, o grosso da população nascida nas Américas compunha-se de pardos, mulatos, *zambos* e *mestizos*/mestiços, entre escravos, libertos e nascidos livres.

“Pardo” parece ter sido empregado mais largamente e mais precocemente também. António Luís Ferronha afirma que o termo queria dizer pele de animal e que teria sido usado já no século XII, em Portugal<sup>12</sup>. A partir do século XVI, “pardo” tornou-se categoria comum, por vezes indicativa de “qualidade” (denotava alguma mistura com negros, crioulos, mulatos ou *zambos*, que poderia ter ocorrido com brancos ou índios, principalmente) e em outras vezes expressando a cor de pele. Nesse sentido, também foi bastante usual, principalmente nos séculos iniciais de ocupação do Novo Mundo, o termo “baço”, correspondente à cor “parda”. Dicionaristas e cronistas dos séculos XVI e XVII assim se referiram aos índios do Brasil ou até mesmo a mestiços na América espanhola.

Para o célebre franciscano frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, que viveu em

Pernambuco, durante o século XVIII, os pardos pareciam ser o tipo misto perfeito. É o que ele expressa no sermão *Discurso Histórico, Geográfico, Genealógico, Político, e Encomiástico recitado em a nova celebridade que consagrarão os Pardos de Pernambuco ao Santo de sua cor: o Beato Gonçallo Garcia*, feito em 1745, durante a festa em louvor do beato Gonçalo Garcia, também ele um “pardo”, nascido na Índia de pai português e mãe indiana. Posteriormente, em texto publicado em 1758, Jaboatão afirmaria com vigor:

Nunca os pardos esperaram menos um santo da sua cor do que na presente ocasião, e nunca tanto como agora os apuraram, e apertaram mais as atribuições dos caluniadores de seu nome, e por isso, nunca tanto como nesta ocasião se faria neles mais apeteçido um santo de sua cor. Pois agora, diz o Senhor, agora é tempo, já chegou o dia. Agora sim, que cresceram, e chegaram a seu termo as calúnias do vosso Nome (...) agora é o tempo de se publicarem as vossas glórias (...).<sup>13</sup>

O vocábulo “mulato” também já era empregado na Península Ibérica quando se conquistaram os territórios a oeste do “mar oceano”. Jack D. Forbes chamou a atenção para suas prováveis origens distintas. Uma delas, a mais disseminada, o associa com o mulo ou a mula. Mas há também possibilidade de “mulato” derivar do árabe *muwallad*, latinizado até assumir a forma conhecida em espanhol e em português. Neste caso, seu emprego pode retroagir ao século X, impulsionado pela presença muçulmana na Península Ibérica (FORBES 1985: 140-148).

Finalmente, outra das categorias de mestiçagem/“qualidade” ou “cor” usuais, escolhidas para integrarem este texto, entre muitas outras existentes, como já expliquei antes, foi “moreno”. Derivado de “mouro”, termo que designava os negros islamizados da Mauritânia e que foi se generalizando em toda a Europa como sinônimo de muçulmanos ou até mesmo se confundindo com “turco”, foi de emprego precoce na América espanhola. Já na América portuguesa, aparentemente, demorou mais a se tornar comum. Seu uso no Brasil se generalizou, possivelmente, a partir do século XIX, adentrando o século XX inclusive como forma carinhosa de tratamento, principalmente de homens com relação a mulheres e quase sempre no diminutivo: (a) “moreninha”. Essa parte da história, entretanto, foge do recorte temporal aqui adotado e fica para outra ocasião.

## Conclusões

O cotidiano das populações americanas não se pautava, pelo menos não exclusivamente, em definições e valores de eruditos, de representantes dos reis e de religiosos. Enfim, o dia-a-dia era muito mais que o resultado da imposição da ordem e da empresa real; ia muito além disso e envolvia fortemente a participação das camadas menos favorecidas das populações no seu fazer-se. As mestiçagens ibero-americanas e o universo mestiço, biológica e culturalmente, foram expressões dessa história construída coletivamente, ainda que os grupos sociais não tivessem os mesmos poderes e as mesmas oportunidades de exercê-los. Também foi expressão dessa história o fascinante léxico que nomeou, qualificou, distinguiu e hierarquizou o mundo novo construído nas conquistas ibero-americanas. Ele resultou da atuação de agentes históricos, como os mestiços em geral, tanto nas áreas espanholas quanto nas portuguesas, gente que não se deixou limitar por teorias, definições e qualificações atribuídas e/ou destituídas pelos que, por sua escrita, legaram à posteridade uma (apenas uma!) versão daquela realidade histórica e um retrato daqueles homens e mulheres coprodutores de sua trajetória. Volver o olhar para a formação histórica do léxico das mestiçagens associadas ao mundo do trabalho é, pretendo, focar a história dos que não puderam escrevê-la e publicá-la, mas, nem por isso, deixaram de registrá-la.

Entretanto, deve ficar claro que no seio da unidade lexical proposta aqui (unidade, ainda que com toda a sua diversidade e com suas particularidades), dificilmente encontraram-se definições de aceitação geral e de uso completamente padronizado. Isso foi uma constante no universo ibero-americano. Apenas isso já é suficiente para nos indicar o quanto é necessário rever antigas verdades e práticas historiográficas. Exemplificando: o que até agora costumamos considerar “branco” pode não ter sido e isso abrange cinco séculos de nossa história comum e conectada, assim como as interpretações que se construíram sobre essas sociedades e que continuam sendo produzidas, cada vez mais intensamente.

Finalmente, neste texto, devo frisar, não tive maior pretensão do que a de elencar alguns termos usados antes e depois das conquistas ibéricas no Novo Mundo para, a partir deles, problematizar a temática e demonstrar a importância que ela tem hoje para os estudos relativos à escravidão, às demais formas de trabalho forçado e às mestiçagens biológicas e culturais, dimensões fortemente conectadas no mundo Ibero-Americano entre os séculos XVI e XVIII.

- <sup>1</sup> Emprego este termo, bem como uso a expressão “mestiçagens biológicas”, mesmo ciente de que o vocábulo biologia surgiu posteriormente ao principal período enfocado neste texto – séculos XVI a XVIII. Geralmente, indica-se que dois dos primeiros a empregá-lo foram o naturalista alemão Gottfried Reinhold Treviranus, em seu livro *Biologie oder Philosophie der lebenden Natur*, publicado originalmente em 1802, e o naturalista francês Jean-Baptiste LAMARCK, no seu *Hydrogéologie*, de 1802, não obstante o termo já existir na segunda metade do século XVIII. Entretanto, entendo tratar-se de procedimento metodológico legítimo e não anacrônico empregar conceitos e categorias teóricas sobre um tempo que não os conheceu, contanto que respeitadas as historicidades dos acontecimentos e, de preferência, explicados o conceito e a maneira que ele será usado. Isso se aplica também ao emprego de “mestiçagem” para o mesmo período, uma vez que este conceito é posterior, como já expliquei, tendo aparecido, provavelmente, na segunda metade do século XIX, embora não se tenha conseguido até agora precisar sua aparição.
- <sup>2</sup> Propus originalmente esse conceito em PAIVA 2012, especialmente 12-14, 32-41, 210.
- <sup>3</sup> Exemplos dessa variedade de “qualidades” entre os rebentos de uma mesma mãe ou de um mesmo pai foram reproduzidos em PAIVA 2001 e 2009.
- <sup>4</sup> Ideias sobre essa integração e esse comércio globais não são novas e podem ser encontradas, sob variados matizes, em trabalhos já clássicos, BOXER 2002; BRAUDEL 1995 e 1983; GODINHO 1981-1984; MAURO 1989; WALLERSTEIN 1999 e 1974. Ver ainda ALENCASTRO 2000 e GRUZINSKI 2004.
- <sup>5</sup> Segundo a transcrição de seu *Diario*, feita por Fray Bartolomé de LAS CASAS (1875: 204).
- <sup>6</sup> ALVAR 1987: 162; BERNAND e GRUZINSKI 1993: 7-8. Serge Gruzinski lembra que Carmen Bernard, em texto não publicado, advertia que, originalmente, a noção de mestiço não se referia à mistura biológica, mas a uma escolha política: “na Espanha medieval, os mistos ou ‘mestiços’ são os cristãos que preferiram se aliar aos muçulmanos contra o rei Rodrigo”. Ver GRUZINSKI 1999: 37; D’AREZZO 1859. Agradeço a Federico Faloppa a indicação dessa obra.
- <sup>7</sup> Carta de Jerónimo López a Carlos V (Da noticias curiosas del repartimiento de Méjico) Año 1541, in MONTOTO 1927: 102.
- <sup>8</sup> TRAVASSOS 1983: Capítulo Ultimo. A nota da professora Carla Mary S. Oliveira sobre o caráter apócrifo do documento encontra-se no fim do texto.
- <sup>9</sup> Carta de Pedro Correia a Simão Rodrigues, 10 de março de 1553. Citado por MONTEIRO 1994: 34.
- <sup>10</sup> Ver, por exemplo, DENOIX 2006; ENNAJI 2007.
- <sup>11</sup> Ver, por exemplo, GRACIÁN DE LA MADRE DE DIOS 2006.
- <sup>12</sup> António Luís Ferronha foi responsável pelas leituras, introdução, modernização e notas da edição de 1995 do *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo-Verde...* A referência sobre o termo “pardo” encontra-se na nota 27 (ALMADA 1995: 138). O autor, entretanto, não cita a fonte de onde retirou a informação.
- <sup>13</sup> JABOATÃO 1758. Citado por DIAS e ALMEIDA 2007: 7.